



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS -
MMFDH
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE
RACIAL - SNPPIR
CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DE 03 E 04 DE AGOSTO DE 2021

1 Aos três e quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, reuniu-se, por meio da Plataforma
2 *Teams* por videoconferência, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria
3 Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, para a sua Septuagésima Terceira
4 Reunião Ordinária, com a participação dos seguintes Conselheiros e Conselheiras representantes do
5 Governo: Suplente **Esequiel Roque do Espírito Santo** (Secretaria Nacional de Políticas de
6 Promoção de Igualdade Racial - SNPPIR/MMFDH); Suplente **Saete da Silva Aragão** (Secretaria
7 Nacional de Políticas para as Mulheres – SNPM/MMFDH); Titular **Carlos Alberto Ricardo**
8 **Júnior** (Secretaria Nacional de Proteção Global – SNPG/MMFDH); Titular **Sérgio de Oliveira**
9 (Ministério da Educação – MEC); Suplente **John Land Carth** (Ministério da Educação – MEC);
10 Suplente **Diego Emílio Romero Rovaris** (Ministério da Saúde – MS); Titular **Tarcila Martins**
11 **Portugal** (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA); Suplente **Sandra**
12 **Rosana Silva de Araújo** (Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP); Titular **Alexandre**
13 **Rocha** (Fundação Nacional do Índio); Titular **Joana Marie Girard Ferreira Nunes** (Ministério da
14 Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI); Suplente **Fernanda Gomes Rodrigues** (Ministério da
15 Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI); Titular **Marcela Rolim Siqueira** (Secretaria Especial do
16 Desenvolvimento Social – SEDS/MC); Titular **Flávia Mello de Castro** (Secretaria Especial da
17 Cultura – SEC/MTur); Suplente **Matheus Allison Geraldo** (Secretaria Especial da Cultura –
18 SEC/MTur); Titular **João Paulo Sotero de Vasconcelos** (Ministério do Meio Ambiente); Suplente

19 **Ricardo Edgard Rolf Lima Bernhard** (Ministério das Relações Exteriores – MRE); Titular **Luiz**
20 **Carlos de Lima** (Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR); Titular **Renata Florez Rocha**
21 (Secretaria de Gestão e Desempenho Pessoal/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e
22 Governo Digital do Ministério da Economia – SGP/SEDGG/ME); Suplente **Laura Nascimento**
23 **Moreira** (Secretaria de Políticas Públicas de Emprego/Secretaria Especial de Produtividade,
24 Emprego e Competitividade do Ministério da Economia); Titular **Gustavo André Fernandes Lima**
25 (Ministério das Comunicações); Titular **Roberlaine Ribeiro Jorge** (Notório Saber); Titular **Silvia**
26 **Nobre Waiãpi** (Notório Saber). Sociedade Civil: Titular **Juliana Chagas da Silva Mittelbach**
27 (Rede Mulheres Negras – PR); Titular **Maria Jane Soares Targino Cavalcante** (Associação
28 Comunitária dos Povos Ciganos de Condado Paraíba – ASCOCIC); Titular **Antonio Alves Pereira**
29 (Instituto Brasileiro de Apoio aos Segmentos Étnicos-Raciais – IBASER) Suplente **Sérgio**
30 **Eduardo Menezes Silva** (Instituto Brasileiro de Apoio aos Segmentos Étnicos-Raciais – IBASER);
31 Titular **Ruth Goldberg** (Confederação Israelita do Brasil); Titular **Juliano Bueno de Araújo**
32 (Instituto Internacional Arayara); Titular **Maria de Jesus Moura** (Conselho Federal de Psicologia –
33 CFP); Titular **Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konamannajy** (Associação Nacional
34 Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU); Titular **Valdinalva Barbosa dos**
35 **Santos Caldas** (Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa do Povo Cigano); Suplente **João**
36 **Batista Nogueira** (Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa do Povo Cigano); Titular
37 **Terezinha Alves** (Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso – AEEC/MT); Suplente
38 **Aluízio de Azevedo Silva Júnior** (Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso –
39 AEEC/MT); Suplente **Rosemberg Moraes Caitano** (Instituto EcoVida); Suplente **Paulo Henrique**
40 **Vicente Oliveira** (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e
41 Espírito Santo – APOINME); Titular **José Eudo da Silva** (Associação de Preservação da Cultura
42 Cigana do Estado do Ceará – ASPRECCEC); Suplente **Angélica Maria da Silva** (Associação de
43 Preservação da Cultura Cigana do Estado do Ceará – ASPRECCEC). A Reunião também contou
44 com a presença da Sra. Mariléia Silva de Paula (Coordenadora-Geral de Conselhos da SNPPIR –
45 Secretária-Executiva da CNPIR).

46

47 Dando início aos trabalhos do primeiro dia, a Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach
48 cumprimentou a todos e justificou a ausência do Presidente Paulo Roberto, que está em viagem para
49 cumprimento de compromissos institucionais. Esclareceu e justificou a alteração de plataforma para

50 a realização das reuniões, salientando que a Secretária Executiva do CNPIR está auxiliando os
51 conselheiros com dificuldades de ingresso na reunião. Em seguida, apresentou a seguinte proposta
52 de pauta e de ordem do dia para votação/aprovação: 14h – Abertura; 14h20 – Verificação da
53 presença e da existência de quórum para instalação do Colegiado; 14h30 – Leitura e aprovação da
54 ordem do dia; 14h30 as 14h40 - Aprovação das Atas das Reuniões 71^a e 72^a Reuniões Ordinárias, e
55 2^o e 3^a Reunião Extraordinária; 14h40 as 15h00 – Caso de Vitória da Conquista – Bahia; 15h00 as
56 15h15 – Inscrições para discussões e perguntas sobre a pauta apresentada; 15h15 as 15h30 – PL
57 3729/2004; 15h30 as 15h45 – Inscrições para discussões e perguntas sobre a pauta apresentada;
58 15h45 as 16h00 – Apresentação do Relatório da Reunião da Comissão de Mobilização e
59 Informação; 16h00 as 16h15 - Inscrições para discussões e perguntas sobre a pauta apresentada;
60 16h15 as 16h30 – Apresentação do Relatório da Reunião da Comissão de Orçamento e Finanças;
61 16h30 as 16h45 - Inscrições para discussões e perguntas sobre a pauta apresentada; 16h45 as 17h00
62 – Apresentação do Relatório da Reunião da Comissão de Legislação; 17h00 as 17h15 - Inscrições
63 para discussões e perguntas sobre a pauta apresentada; 17h15 as 17h45 – Informes Gerais e
64 Saudações; 17h45 as 18h00 – Considerações Finais. Não havendo nenhuma manifestação contrária,
65 a pauta e de ordem do dia foram aprovados por unanimidade. Dando sequência, solicitou que fosse
66 verificado o quórum. Verificado o quórum, passou à aprovação das Atas das Reuniões 71^a e 72^a
67 Reuniões Ordinárias e 2^o e 3^a Reunião Extraordinária. A Conselheira Marcela Rolim Siqueira
68 justificou a ausência do Ministério da Cidadania nessas reuniões, uma vez que todas coincidiram
69 com a realização de apoio técnico regionalizado aos 27 estados sobre a oferta de serviços no
70 contexto de pandemia. Registrado que as atas foram enviadas previamente e não havendo nenhum
71 destaque, a Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach colocou as Atas em regime de
72 aprovação, sendo aprovadas por 24 votos favoráveis e uma abstenção. Prosseguindo ao caso de
73 Vitória da Conquista – Bahia, o Conselheiro Esequiel Roque do Espírito Santo apresentou um breve
74 relato das ações realizadas em relação a essa demanda, destacando que o trabalho efetuado teve o
75 propósito de evitar reações fora do controle e tentar encontrar um acordo entre as partes. Afirmou
76 que a SNPPIR continua acompanhando o caso e informou que relatório ainda não foi concluído,
77 ponderando que será socializado por *e-mail* com os conselheiros assim que finalizado. Realizou um
78 apelo aos conselheiros para que possam trabalhar em um apoio à população cigana nesse momento
79 difícil. Passando às inscrições para discussões e perguntas sobre a pauta apresentada, a Conselheira
80 Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas agradeceu a atuação da SNPPIR ao estado da Bahia, porém,

81 registrou que as mortes de ciganos continuaram mesmo depois dessa visita. Informou que estão
82 elaborando um documento de assinaturas *online* solicitando intervenção do Presidente da República
83 na situação. A Conselheira Maria Jane Soares Targino Cavalcante relatou que recebeu uma ligação
84 de um cigano morador de Vitória da Conquista solicitando ajuda no dia 14 de julho e elencou
85 algumas informações sobre o caso, afirmando que o povo cigano está sendo violentado e
86 desrespeitado. O Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konamannajy ponderou que
87 essa questão de Vitória da Conquista também está acontecendo com os povos de terreiro e o
88 Conselheiro Rosemberg Moraes Caitano compreendeu que há um sistema estruturado para que
89 essas situações de perseguição dos povos tradicionais continuem acontecendo. Arrazouo que o
90 CNPIR deve aprofundar essa temática, inclusive, criando uma comitiva para realizar um
91 acompanhamento próximo dessa situação. A Conselheira Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas
92 afirmou que também recebeu ligações de vários ciganos ameaçados de morte, sugerindo que os
93 conselheiros apoiem a proposta de intervenção antes de novas mortes. A Vice-Presidente Juliana
94 Chagas da Silva Mittelbach alegou que ouviu os relatos com muita dor, porém, registrou que essa
95 questão não é nenhuma novidade para a população negra, indígena e cigana. Questionou quem
96 seriam os responsáveis pelas investigações e quais foram as providências em relação à atuação
97 abusiva da polícia e para proteção da população cigana. A Conselheira Ruth Goldberg externou a
98 sua indignação diante a situação, informando que a Comissão de Direitos Humanos tem debatido
99 muito sobre esse aspecto e pensado em algumas alternativas. Informou que estão propondo a
100 elaboração de duas moções relatando sobre descontentamento e sobre a necessidade de enfrentar de
101 forma diferente as situações acontecidas em Goiás e em Vitória da Conquista, explicando que as
102 redações serão apresentadas no segundo dia de reunião. O Conselheiro Sérgio Eduardo Menezes
103 Silva discorreu que esses relatos são muito tristes e entendeu que o Conselho deve criar um diálogo
104 com a segurança pública. O Conselheiro Esequiel Roque do Espírito Santo afirmou que tiveram
105 conhecimento da situação ocorrida após a visita da SNPIR, todavia, observou que não se trata de
106 um caso de extermínio da população cigana e sim de uma perseguição indevida de suspeitos de um
107 crime. Afirmou que não é contrário à nenhuma das propostas, explicando que a intervenção federal
108 é apenas aplicada em situações que comprometem a ordem pública. Entendeu que poderia ser aberta
109 uma nova pauta para tratar sobre a situação do povo de terreiro para elaboração de ações concretas e
110 que seria uma competência da Comissão de Direitos Humanos ou do GT Cigano atuar sob a
111 proposta de criação de uma comitiva. Propôs que fosse realizada uma solicitação à Polícia Federal e

112 à Secretaria Estadual de Segurança Pública da Bahia para que houvesse o deslocamento de
113 competências, tendo em vista que há uma suspeita em relação aos procedimentos da Polícia Civil e
114 Militar. Observou que podem trabalhar em um plano para realização do diálogo com a Segurança
115 Pública focado nos principais problemas dos povos e comunidades tradicionais. A Vice-Presidente
116 Juliana Chagas da Silva Mittelbach informou que as organizações da sociedade civil possuem o
117 entendimento que as mortes causadas pela identidade étnico-racial seriam categorizadas como
118 extermínio. Entendeu que a moção da Comissão de Direitos Humanos poderia ser trabalhada na
119 perspectiva de apresentar o posicionamento do Conselho, incluindo a proposta de construção de
120 formação sobre Igualdade Racial. Além disso, aprovar a elaboração de ofício solicitando o
121 deslocamento de competência para que a investigação seja transferida para o nível federal e
122 indicação da Comissão de Direitos Humanos como responsável pelo acompanhamento da situação.
123 Realizadas todas as manifestações, foram aprovados os seguintes encaminhamentos: a) Manutenção
124 de moção da Comissão de Direitos Humanos, com a possibilidade de sobre Direitos Humanos e
125 Igualdade Racial, com 26 votos favoráveis; b) Elaboração de ofício, solicitando o deslocamento de
126 competência da investigação, com 25 votos favoráveis; c) A Comissão de Direitos Humanos será
127 responsável pelo acompanhamento e monitoramento da investigação do Caso de Vitória da
128 Conquista – Bahia, com 25 votos favoráveis. Seguindo à apresentação do PL 3729/2004 – Lei Geral
129 do Licenciamento Ambiental, a Sra. Tainã Cirilo Carvalho Fallot, Assessora Técnica de
130 Licenciamento Ambiental e Desapropriação do PPI do Ministério da Economia, discorreu sobre o
131 arcabouço legal, a importância da Lei Geral do Licenciamento Ambiental e o fluxo do
132 licenciamento ambiental federal. Em seguida, apresentou o PL 3729/2004, destacando os pontos
133 positivos relacionados à triagem, enquadramento, delimitação do escopo, Licença por Adesão e
134 Compromisso (LAC), participação pública, participação das autoridades envolvidas, elaboração de
135 estudos, análise e tomada de decisão e pós-licenciamento. Colocou-se à disposição para sanar as
136 demais dúvidas, encerrando a sua apresentação. Passando às inscrições para discussões e perguntas
137 sobre a pauta apresentada, o Conselheiro Juliano Bueno de Araújo observou que nenhum projeto de
138 lei traz apenas benefícios, entendendo que a apresentação falhou ao não mostrar as perdas e riscos
139 trazidos pelo projeto de lei. Solicitou à Secretaria Executiva do CNPIR que as perguntas elencadas
140 no *chat* sejam encaminhadas formalmente à Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e
141 Desapropriação para que sejam respondidas formalmente. A Sra. Tainã Cirilo Carvalho Fallot
142 discorreu que compreende os questionamentos realizados, explicando que apresentou apenas as

143 questões gerais do projeto de lei e colocando-se à disposição para responder esses questionamentos.
144 O Conselheiro Esequiel Roque do Espírito Santo parabenizou pela apresentação e repudiou a
145 explanação do Conselheiro Juliano Bueno de Araújo, entendendo que devem tratar os convidados
146 com urbanidade. Registrou o seu pedido de desagravo à Sra. Tainã Cirilo Carvalho Fallot. O
147 Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konamannajy questionou se o projeto de lei
148 trata sobre as indenizações de danos ambientais já causados. Observou que a redação contemplou
149 apenas povos indígenas e comunidades quilombolas, destacando a existência de 28 povos e
150 comunidades tradicionais. Compreendeu que não houve falta de respeito por parte do Conselheiro
151 Juliano Bueno de Araújo, sendo que apenas colocou o seu posicionamento. O Conselheiro Juliano
152 Bueno de Araújo destacou que o PL 3729/2004 traz danos enorme à sociedade brasileira,
153 ponderando que a apresentação trouxe um recorte de uma parcela da sociedade e não do
154 entendimento da academia científica, dos técnicos, da sociedade civil e de empresários e
155 agricultores, especialmente, em relação à exclusão da avaliação de impacto ambiental sobre as áreas
156 de influências indiretas de empreendimentos em terras indígenas e quilombolas. Reforçou que os
157 questionamentos não são apenas seus e representam milhares de organizações. O Conselheiro
158 Rosemberg Moraes Caitano destacou a necessidade de conhecimento dos pontos positivos e
159 negativos do referido projeto de lei, entendendo que essa questão poderia ser apresentada em outro
160 momento. A Conselheira Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas sugeriu que o projeto de lei fosse
161 encaminhado à Comissão de Legislação do CNPIR para análise e considerações, agradecendo a
162 participação da convidada. A Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach salientou que a
163 maior preocupação do Conselho está relacionada aos possíveis prejuízos aos povos que ainda não
164 possuem a titulação das suas e entendeu que a crítica realizada pelo conselheiro foi direcionada à
165 apresentação e não à convidada, porém, afirmou que a proposta de desagravo será encaminhada.
166 Registrou o seu descontentamento pela ausência da Secretária Rose Mirian Hofmann. A Sra. Tainã
167 Cirilo Carvalho Fallot explicou que o projeto de lei não trata especificamente sobre as indenizações
168 e responsabilidades, uma vez que trata de normas gerais. Discorreu que a participação dos povos e
169 comunidades tradicionais pode ser contemplada através da consulta pública e a tomada de subsídios
170 técnicos e que há o entendimento que o projeto precisa de alguns aprimoramentos em certos
171 aspectos. Afirmou que o PL 3729/2004 pode ser encaminhado à Comissão de Legislação do CNPIR
172 e comprometeu-se em enviar os questionamentos realizados pelo *chat* à equipe da sua Secretaria.
173 Externas todas as opiniões e manifestações, a Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach

174 colocou em processo de votação os seguintes encaminhamentos: a) Envio dos questionamentos do
175 Conselheiro Juliano Bueno de Araújo realizados pelo *chat* da reunião à Secretaria de Apoio ao
176 Licenciamento Ambiental e Desapropriação; b) Análise do PL 3729/2004 pela Comissão de
177 Legislação do CNPIR, sendo aprovados por unanimidade dos presentes. Em seguida, colocou em
178 processo de votação o encaminhamento c) Elaboração de desagravo em relação ao tratamento à Sra.
179 Tainã Cirilo Carvalho Fallot, o qual não foi aprovado com sete votos contrários, seis votos
180 favoráveis e sete abstenções. Não havendo mais quórum, foi sugerido que as apresentações dos
181 relatórios das comissões e demais itens da ordem do dia fossem transferidos para o segundo dia de
182 reunião, o que foi aprovado. A Sra. Mariléia Silva de Paula discorreu que a sua função como
183 Secretária-Executiva é controlar o tempo das explanações para que as reuniões tenham
184 produtividade, observando que se absteve dessa função nessa reunião por ter sido afrontada em
185 reunião anterior. A Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach salientou a importância de
186 um debate respeitoso para evitar qualquer tipo de constrangimento, solicitando que todos tenham
187 cuidado com as suas explanações e encerrando o primeiro dia de reunião com agradecimentos a
188 participação de todos. Dando início aos trabalhos do segundo dia, Vice-Presidente Juliana Chagas
189 da Silva Mittelbach cumprimentou a todos e solicitou que a Sra. Mariléia Silva de Paula realizasse a
190 verificação quórum. Verificado o quórum, apresentou a seguinte proposta de pauta e de ordem do
191 dia para votação/aprovação: 14h – Abertura; 14h20 – Verificação da presença e da existência de
192 quórum para instalação do Colegiado; 14h30 – Leitura e aprovação da ordem do dia; 14h30 as
193 14h40 – Participação da Ouvidoria Nacional do MMFDH – Dr. Fernando – Ouvidor Nacional
194 MMFDH; 14h40 as 15h00 - Inscrições para discussões e perguntas sobre a pauta apresentada;
195 15h00 as 17h00 – Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes: 1. Comissão de
196 Direitos Humanos, 2. Comissão de Políticas Públicas, 3. Comissão de Direito Cultural, 4. Comissão
197 de Mobilização e Informação; 5. Comissão de Legislação, 6. Comissão de Orçamento e Finanças;
198 17h15 as 17h45 – Informes Gerais e Saudações; 17h45 as 18h00 – Considerações Finais e
199 Encerramento. Explicou que a apresentação do Programa Abrace Marajó foi transferida para a
200 próxima reunião para garantir a leitura e aprovação dos relatórios das Comissões. O Conselheiro
201 Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konamannajy solicitou que os informes fossem realizados
202 no início da reunião, tendo em vista que possui um relato muito importante. Não havendo
203 manifestações contrárias, a proposta de pauta e de ordem do dia com a alteração realizada foi
204 aprovada. Iniciando pelos informes, o Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata

205 Konamannajy relatou sobre a situação de conflito na distribuição de cestas de alimentos para as
206 comunidades quilombolas no estado da Bahia, solicitando que o governo tome as medidas cabíveis.
207 A Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach sugeriu que fosse marcada uma reunião com
208 o Presidente Paulo Roberto para tratar sobre esse tema, para que possam analisar as possibilidades
209 de intervenção a fim de que a distribuição das cestas atendam as necessidades dessas comunidades
210 quilombolas. Sendo consensuado que esse tema será debatido no relato da Comissão de Direitos
211 Humanos, o Conselheiro Juliano Bueno de Araújo informou que as aldeias indígenas em Santa
212 Catarina continuam sofrendo pressões de invasão junto aos seus territórios e desrespeito aos seus
213 direitos individuais, solicitando que o CNPIR realize reunião com o governador e com as
214 autoridades federais com o propósito de agir pela segurança das casas de reza e do direito amplo de
215 liberdade dos judeus, ciganos e indígenas. A Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach
216 compreendeu que também podem buscar realizar uma reunião para saber o que está sendo feito para
217 verificar a atuação dos grupos neonazistas, solicitando que os dados apresentados sejam
218 encaminhados para elaboração dessa agenda. A Sra. Mariléia Silva de Paula informou sobre a
219 reabertura das inscrições para preenchimento das seis vagas remanescentes da sociedade civil até o
220 dia 19 de agosto e registrou a ausência dos representantes da Comissão de Seleção na primeira
221 reunião de alinhamento, destacando a não participação dos representantes da sociedade civil.
222 Discorreu que há uma solicitação de que a Comissão de Legislação iniciasse o trabalho de
223 elaboração do Regimento Interno da CONAPIR e outra de análise sobre período de reuniões das
224 comissões, tendo em vista que a realização de duas reuniões mensais está trazendo uma sobrecarga
225 de trabalhos para a Secretaria Executiva. Registrou que a solicitação do Conselheiro Raimundo
226 Nonato Pereira da Silva/Taata Konamannajy referente ao relatório de distribuição de cestas básicas
227 a povos e comunidades de terreiro foi atendida, ponderando que o painel de distribuição de cestas
228 básicas está disponível para todos os cidadãos. Explicou que foi informada pelo conselheiro que
229 teve dificuldades de acessar o aplicativo. Diante a situação, a Vice-Presidente Juliana Chagas da
230 Silva Mittelbach solicitou que a Secretaria Executiva entre em contato com o conselheiro para
231 auxiliá-lo no acesso dessa listagem. Prosseguindo à participação da Ouvidoria Nacional do
232 MMFDH, o Sr. Wendel Benevides Matos, Diretor da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos,
233 cumprimentou a todos e apresentou os objetivos da Ouvidoria Nacional, explanando sobre os seus
234 canais de atendimento; projetos, ações e iniciativas; *site*; manual de taxonomia; participação no
235 Projeto Abraça Marajó; parceria realizada com o Ministério a Justiça e Segurança Pública; Projeto

236 Ouvidoria Itinerante; aplicativo SABE; aplicativo SOS Desaparecidos; e acordos de cooperação
237 técnica. O Sr. Vandervaldo Gonçalves, Coordenador-Geral do Disque 100, continuou a
238 apresentação expondo o painel de dados da Ouvidoria Nacional, destacando que são realizados
239 cerca de 12 mil atendimentos diários, sendo que cerca de 10% são transformados em registros de
240 denúncias. Explanou sobre a utilização dos filtros para seleção de informações, colocando-se à
241 disposição para esclarecimentos das dúvidas. Abrindo as inscrições para discussões e perguntas
242 sobre a pauta apresentada, a Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach questionou em
243 quais estados serão disponibilizados os ônibus para interiorização da Ouvidoria e solicitou mais
244 informações sobre a atuação na triagem das denúncias-crimes. A Conselheira Ruth Goldberg
245 indagou como é o trabalho em relação à proteção do denunciante e o acompanhamento e resolução
246 das denúncias. O Conselheiro Rosemberg Moraes Caitano questionou como a Ouvidora trabalha
247 nos casos coletivos de repercussão nacional e como o CNDH pode auxiliar em seu trabalho e
248 acompanhá-lo. Observou que não encontrou os dados sobre a violência contra a população negra e
249 povos e comunidades tradicionais a partir de 2019. O Conselheiro Raimundo Nonato Pereira da
250 Silva/Taata Konamannajy solicitou informações sobre o Projeto Ouvidoria Itinerante e destacou a
251 falta de visibilidade dos povos de terreiro. Indagou se houve alguma denúncia em relação à invasão
252 do território dos povos de terreiro no estado de Goiás. Realizados todos os questionamentos pelos
253 conselheiros, o Sr. Wendel Benevides Mato explicou que Ouvidoria possui um fluxo de
254 encaminhamento das denúncias-crimes, sendo que são enviadas para a delegacia de política e para o
255 Ministério Público local e, quando há necessidade, para o CRAS ou CREAS. O Sr. Vandervaldo
256 Gonçalves complementou explanando que nos casos de denúncias-crimes que envolvem
257 autoridades também são encaminhadas ao Ministério Público. O Sr. Wendel Benevides Mato
258 afirmou que é garantido o sigilo das denúncias e que a resolutividade é uma preocupação,
259 ponderando que há uma dificuldade no seu acompanhamento, sendo que não há um índice de
260 atuação e o último índice de resposta dos órgãos foi de 20%. Informou que estão fazendo um
261 trabalho de cooperação técnica com prefeituras e estados para que haja o acompanhamento das
262 denúncias. Discorreu que as denúncias em relação a autoridades são encaminhadas por nível e para
263 a autoridade competente e que os casos coletivos de repercussão nacional são acompanhados,
264 porém, há uma dificuldade devido à estrutura reduzida para esse acompanhamento. Arrazoou que
265 não consta no ordenamento da Ouvidoria a previsão de acompanhamento social, todavia, entendeu
266 que, talvez, este momento seria o ideal para trabalhá-lo. O Sr. Vandervaldo Gonçalves informou

267 que, ao longo de 2019, o esforço da Ouvidoria foi direcionado à unificação das centrais do Disque
268 100 e do Ligue 180, que permitiu uma economia de recursos e um atendimento eficaz e rápido.
269 Explicou sobre o Projeto Ouvidoria Itinerante, que está dividido em três aspectos: Barco da Caixa
270 Econômica Federal, pontos fixos emergenciais e locais longínquos. Informou que os povos de
271 terreiros estão contemplados no campo relacionado à religião. Com relação aos dados da violência
272 contra a população negra e povos e comunidades tradicionais, relatou que as informes estão no *site*
273 do MMDFDH na aba de Acesso à Informação/dados abertos. A Vice-Presidente Juliana Chagas da
274 Silva Mittelbach compreendeu que seria interessante realizar um momento no CNPIR para trabalhar
275 as questões dos povos e comunidades tradicionais, especialmente, relacionada aos povos de
276 terreiros. Agradeceu a presença dos convidados, passando à apresentação dos Relatórios das
277 Comissões Permanentes. Antes de iniciar os relatos, propôs que as reuniões ordinárias das
278 comissões fossem realizadas mensalmente e quinzenalmente de forma extraordinária quando houver
279 necessidade e disponibilidade. Realizados os esclarecimentos necessários, os conselheiros
280 consensuaram que a definição da periodicidade deverá ser realizada pelas próprias comissões para
281 que seja deliberado na próxima reunião do CNPIR. Passando à apresentação do relatório da
282 Comissão de Direitos Humanos, a Conselheira Ruth Goldberg elencou os membros que integram a
283 Comissão e relatou que foi debatido o seguinte item nas duas reuniões realizadas no mês de julho:
284 Item 1. Definição de temas prioritários e urgentes relacionados à agenda dos direitos humanos.
285 Encaminhamentos: a) Foram definidos os seguintes temas prioritários: abordagem policial dos
286 povos e comunidades tradicionais; segurança alimentar; intolerância religiosa e discurso de ódio;
287 terras indígenas, quilombolas, ciganas, povos de terreiro e o racismo ambiental; e saúde mental; b)
288 Aprovação de convidada; c) Aprovação de moção de repúdio contra a violência exercida em Vitória
289 da Conquista/BA contra os povos ciganos; d) Sugestão de apresentação formal da Fundação
290 Cultural Palmares sobre o seu trabalho na próxima reunião plenária; e) Sugestão de estratégias para
291 discussão dos temas prioritários elencados, como a realização de webinários específicos. Realizada
292 a leitura da proposta de moção de repúdio contra a violência exercida em Vitória da Conquista/BA,
293 o Conselheiro Esequiel Roque do Espírito Santo informou que os representantes governamentais
294 realizaram algumas adequações na proposta, sugerindo que fosse realizada a sua leitura. A
295 Conselheira Joana Marie Girard Ferreira Nunes observou que o MCTI não participou dessa
296 elaboração. A Vice-Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach salientou que o pleno havia
297 deliberado que a Comissão de Direitos Humanos seria responsável por essa elaboração, entendendo

298 que a sugestão apresentada estaria fora do rito acordado, uma vez que as alterações seriam
299 realizadas pelo plenário. Externas todas as opiniões pelos conselheiros, colocou em processo de
300 votação as seguintes propostas: 1. Manutenção da moção elaborada pela Comissão de Direitos
301 Humanos e 2. Leitura e apreciação da moção alterada por parte dos representantes do governo.
302 Porém, confirmada a falta de quórum, a Sra. Mariléia Silva de Paula sugeriu a realização de uma
303 reunião extraordinária para deliberação sobre a moção e os demais itens da pauta. A Vice-
304 Presidente Juliana Chagas da Silva Mittelbach acordou com a proposta apresentada, solicitando que
305 essa reunião extraordinária seja marcada para a próxima semana. Externou a sua insatisfação,
306 discorrendo que possuiu a expectativa de que possam trabalhar de fato como um conselho e não
307 como um processo de disputa entre a sociedade civil e o governo. Agradeceu a participação de
308 todos, encerrando a 73ª Reunião Ordinária do CNPIR.